

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Brasil que não deveria ter voltado



No momento em que nenhuma petroleira no mundo ousa investir em novas refinarias, Lula pretende apostar suas fichas na retomada das obras de Abreu e Lima para reescrever o passado

O presidente Lula da Silva decidiu retomar as viagens pelo interior do País. O roteiro passou por Ipojuca (PE), para celebrar as obras de ampliação da Refinaria Abreu e Lima. Para Lula da Silva, não há melhor local para anunciar aos quatro ventos que “o Brasil voltou”. O problema é que o Brasil que está de volta é o Brasil que jamais deveria ter voltado. Na ânsia de ampliar investimentos e gerar empregos, Lula, em seus dois primeiros mandatos, decidiu que faria da Petrobras um braço a serviço do gover-

no para a execução de grandiloquentes (e caríssimos) planos para supostamente impulsionar o desenvolvimento nacional. Vários projetos ambiciosos foram anunciados, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), as Refinarias Premium I e II, no Maranhão e no Ceará, e a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A ideia era obter a autossuficiência na produção de combustíveis e reduzir seus preços, aproveitando-se da posição dominante da companhia nesse mercado. O que o governo deliberadamente desconsiderava é que os derivados de petró-

leo flutuam conforme a cotação do barril no exterior e o comportamento do câmbio, fatores fundamentais para definir a viabilidade econômica de cada projeto.

Como uma empresa de capital misto, a Petrobras submeteu as propostas ao Conselho de Administração, que teria condições de avaliar seus custos e benefícios e o enquadramento na estratégia de atuação da empresa. O governo, no entanto, abusou de sua participação majoritária na companhia para impor suas vontades aos acionistas privados.

Lembrar esse contexto é extremamente relevante no momento em que o governo tenta reescrever a história recente. Na versão petista, não fosse a operação liderada pelo juiz Sérgio Moro, todas as obras da Petrobras teriam sido concluídas e o País estaria em outro patamar de desenvolvimento econômico.

Na delirante versão petista, Moro teria usado a Lava Jato para minar o crescimento do País e da petroleira para atender a interesses norte-americanos. Dado que a investigação caiu em total descrédito, nada mais justo que retomar os planos originais. A fábula de Lula ignora o fato de que a Petrobras já estava em maus lençóis antes mesmo da criação da malfadada força-tarefa de Curitiba.

A desaceleração da economia chinesa a partir de 2009 derrubou os preços das commodities, inclusive do petróleo, e corroeu boa parte do retorno dos projetos da Petrobras. Como se não bastasse, a companhia passou a ser usada como instrumento para controle da inflação, vendendo combustíveis a preços inferiores aos cobrados no exterior. A desvalorização do câmbio agravou os prejuízos e levou seu endividamento a níveis insus-

teníveis. Sem condições de se financiar, as faraônicas obras começaram a atrasar, e algumas nunca foram iniciadas.

Não havia como a Petrobras conciliar as duas funções que o governo esperava dela – ser um braço dos investimentos e um instrumento da política monetária – sem perder muito dinheiro. Nessa toada, entre 2011 e 2014, a Petrobras acumulou prejuízos da ordem de R\$ 100 bilhões, muito mais que as perdas reconhecidas em balanço em razão das descobertas da Lava Jato, de cerca de R\$ 6 bilhões.

No caso de Abreu e Lima, houve outras agravantes. A parceria com a venezuelana PDVSA, anunciada em 2005 por Lula e o caudilho Hugo Chávez, nunca foi formalizada, e o ônus da refinaria ficou todo com a Petrobras. O custo de construção explodiu, as obras se arrastaram por nove anos e os executivos das construtoras relataram superfaturamentos e propinas a diversos partidos no esquema do petróleo.

Por fim, a capacidade instalada foi reduzida à metade do projeto original, o que fez de Abreu e Lima uma das refinarias mais caras e menos produtivas do mundo – tanto que a Petrobras, quando quis se livrar do ativo, não conseguiu vendê-lo a ninguém.

Agora, quando nenhuma empresa no mundo ousa investir em novas refinarias, é nesta obra que o governo pretende apostar suas fichas. Seja porque pretende se vingar da turma da Lava Jato, seja porque quer reescrever a história, Lula retoma um projeto que deveria custar US\$ 2,5 bilhões, consumiu quase US\$ 18,5 bilhões, deveria ficar pronto em 2011 e permanece inacabado, tornando-se símbolo da húbriis lulopetista que arruinou o País. ●

A César o que é de César

Embora com atraso, governo agiu corretamente ao dar fim à isenção fiscal sobre a renda de líderes religiosos. Numa República, não cabe esse privilégio, pois todos são iguais perante a lei

A isonomia é o pilar fundamental da República: todos são iguais perante a lei. Portanto, era antirrepblicana e inconstitucional a isenção tributária sobre a remuneração paga por igrejas a seus pastores, ministros e demais lideranças religiosas, conhecida como prebenda. No dia 17 passado, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, revogou o privilégio, generosamente concedido aos religiosos pelo governo de Jair Bolsonaro.

Ainda que tardia, a decisão do Fisco foi correta. A esmagadora maioria dos cidadãos, sejam religiosos ou ateus, jamais foi dada a mais remota chance de escapar da incidência de impostos sobre seus vencimentos. Por que razão, então, pastores e demais lideranças re-

ligiosas haveriam de ser agraciados com essa regalia? A pergunta, claro, é retórica. Como registra a história recente do País, essa cortesia com o chapéu do contribuinte quase sempre se prestou a propósitos político-eleitorais, em particular à cooptação dos evangélicos, segmento populacional cada vez mais organizado e representado no Congresso.

A isenção da contribuição previdenciária sobre as prebendas fora concedida pela Receita Federal às vésperas da campanha eleitoral de 2022. Era do interesse do então presidente Jair Bolsonaro consolidar o apoio de lideranças evangélicas à sua tentativa de reeleição. O refresco financeiro foi um dos mecanismos encontrados por Bolsonaro para manter os evangélicos fiéis a ele, e não à Constituição. O ex-presi-

dente ainda defendeu abertamente não só a anistia de multas bilionárias aplicadas às igrejas que não recolheram a contribuição previdenciária, como pressionou o Fisco pela isenção do pagamento de outras contribuições, como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O pagamento dessas contribuições não tem relação com a imunidade tributária conferida pela Constituição às entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes. O dispositivo constitucional se presta à garantia da liberdade religiosa no País, de modo a evitar que uma denominação religiosa seja impedida de oferecer conforto espiritual a seus fiéis por falta de dinheiro para pagar impostos relativos a seus locais de culto e obra missionária.

Já os líderes religiosos não são cidadãos mais especiais do que outros para serem agraciados com uma isenção tributária sobre seus vencimentos, seja lá o nome que venham a ter – salário, cônica, prebenda ou ajuda de custo.

Embora tenha feito a coisa certa, é forçoso notar que o governo do presidente Lula da Silva foi lento para reconhecer algo cristalino como a imoralidade da isenção fiscal aos religiosos, talvez temendo a reação política que decerto viria. Ignorou o quanto pôde um alerta dado pela própria Receita Fe-

deral, em março do ano passado. Ao que tudo indica, só resolveu agir depois de novo alerta, agora disparado pelo Tribunal de Contas da União, por meio de seu corpo técnico, apontando indícios de irregularidades e improbidade administrativa na concessão do benefício durante o governo de Jair Bolsonaro. Seja como for, o fato é que esse privilégio não se coadunava com o mais elementar dos princípios republicanos e, também, religiosos – basta lembrar o ensinamento de Cristo sobre a obrigação de pagar impostos (Mateus 22:17-21).

Como não haveria de ser diferente, parlamentares da bancada evangélica e lideranças religiosas do segmento vieram a público contestar em termos veementes o fim da regalia. O deputado Eli Borges (PL-TO) acusou o governo de “sacerdofobia”. Para seu colega Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), foi “safadeza”.

É absolutamente legítimo que os evangélicos, como quaisquer outros grupos sociais, religiosos ou não, se organizem politicamente para defender seus interesses no Congresso. Outra coisa, muito distinta, é seus líderes aproveitarem essa grande capacidade de mobilização para desvirtuar a representação política, fazendo uso dela para obter um tratamento diferente do que é dado pelo Estado aos demais cidadãos. Isso é manipulação da fé. ●